



UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

CAMPUS A. C. SIMÕES

EDITAL Nº 11 DE 30 DE MARÇO DE 2016 PUBLICADO NO D.O.U. EM 01/04/2016

EDITAL DE Nº 16 DE 09 DE MARÇO DE 2018 PUBLICADO NO D.O.U. EM 14/03/2018

CECA

Implantação e Condução de Povoamentos Florestais

C8

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DIDÁTICA

ORIENTAÇÕES:

- Neste documento o examinador deverá descrever as questões e aspectos relevantes em cada critério de avaliação para obtenção da nota mínima para aprovação.

EXAMINADOR		INSTITUIÇÃO
Rafael Ferreira Alfenas		UFMT
PONTO SORTEADO		
Política e legislação brasileira aplicada aos setores de florestas naturais e plantadas		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
1. Capacidade de planejamento e organização de aula	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação do plano de aula- Organização de forma didática dos temas a serem apresentados- Exercício de fixação	
2. Capacidade de comunicação e de síntese do candidato	<ul style="list-style-type: none">- Usar de linguagem apropriadas ao tema, com clareza e segurança- Capacidade de comunicação e desenvoltura para falar em público- Ter dinamismo e fluidez em relação ao tema durante a apresentação da aula. Não ficar preso ao conteúdo dos slides	
3. Conhecimento teórico	<ul style="list-style-type: none">- Contextualização da política e legislação florestal- Conceitos e histórico da política florestal no Brasil- Apresentar e discutir as principais políticas e legislação do setor florestal- Utilização de literatura e dados atualizados- Principais avanços na política e legislação florestal- Discutir as mudanças na legislação apresentando os motivos que levaram a essas mudanças e quais os seus impactos (negativos e positivos) no setor florestal e na sociedade	

ASSINATURAS:

Maceió – AL, 17 de Maio de 2018.



Examinador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
CAMPUS A. C. SIMÕES
EDITAL Nº 11 DE 30 DE MARÇO DE 2016 PUBLICADO NO D.O.U. EM 01/04/2016
EDITAL DE Nº 16 DE 09 DE MARÇO DE 2018 PUBLICADO NO D.O.U. EM 14/03/2018
CECA

C8

Implantação e Condução de Povoamentos Florestais

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DIDÁTICA

ORIENTAÇÕES:
• Neste documento o examinador deverá descrever as questões e aspectos relevantes em cada critério de avaliação para obtenção da nota mínima para aprovação.

EXAMINADOR		INSTITUIÇÃO
Flávia de Barros Prado moura		UFAL
PONTO SORTEADO		
Política e legislação brasileira aplicada aos setores de florestas naturais e plantadas		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
1. Capacidade de planejamento e organização de aula	Utilizar uma sequência lógica, apresentar slides claros, associar o conhecimento com a literatura disponível, sites, artigos, livros, cartilhas.	
2. Capacidade de comunicação e de síntese do candidato	Usar terminologias apropriadas, linguagem acadêmica e atual. Ser claro na abordagem. Ser didático. Apresentar fluência e segurança.	
3. Conhecimento teórico	Contextualizar a informação, fazer uma introdução sobre o histórico da política florestal no Brasil. Relacionar política e legislação. Apresentar as principais políticas relacionadas a legislação florestal. Discutir a legislação no contexto nacional, lei de crimes ambientais, política nacional do meio ambiente, Gestão de florestas. SNUC (discutir as unidades de usos sustentável RESEX e reserva extrativista), discutir extrativismo de PFNM, código florestal, política agrícola para florestas plantadas, Plano nacional florestal. Discutir os avanços recentes na legislação, falar um pouco da legislação Estadual e do contexto local.	

ASSINATURAS:
2018.

Maceió – AL, 17 de Maio de

Examinador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
CAMPUS A. C. SIMÕES

EDITAL Nº 11 DE 30 DE MARÇO DE 2016 PUBLICADO NO D.O.U. EM 01/04/2016
EDITAL DE Nº 16 DE 09 DE MARÇO DE 2018 PUBLICADO NO D.O.U. EM 14/03/2018
CECA

Implantação e Condução de Povoamentos Florestais

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DIDÁTICA

C8

ORIENTAÇÕES:

- Neste documento o examinador deverá descrever as questões e aspectos relevantes em cada critério de avaliação para obtenção da nota mínima para aprovação.

EXAMINADOR		INSTITUIÇÃO
Marcelo Luiz de Laia		UFVJM
PONTO SORTEADO		
Política e legislação brasileira aplicada aos setores de florestas naturais e plantadas		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
1. Capacidade de planejamento e organização de aula	Ordem dos fatos: cronológica ou didática? Didática Fatos narrados de maneira conectada, concatenada, ligados entre si, com fluidez Leiaute dos diapositivos simples, informativo, cores contrastantes Imagens/tabelas legíveis Uso de ilustrações Fontes de tamanho compatível, sem serifa Frases curtas Diagramas e tabelas simples (não densos) com somente a informação útil e necessária Desligar <i>screensavers</i> , <i>pop-ups</i> , etc antes do início da aula Corrigir a ortografia do texto antecipadamente Uso de ponteiro ou apontador para destacar e indicar itens da apresentação	
2. Capacidade de comunicação e de síntese do candidato	Dar contexto à apresentação: Título; Autor; Instituição; Local e data. Fechar a porta e controlar a luminosidade da sala Voz firme, em altura ideal para prender a audiência e lentamente Falar para a audiência, não para si próprio Local estratégico dentro da sala de aula Interação com os alunos durante a apresentação Não olhar fixo somente para uma pessoa. Olhar para todos os presentes e de frente. Se mostrar bem e feliz Destacar, sempre, a importância do tema em apresentação e causa-efeito dos mesmos Desenvolver a apresentação e concluir Abrir perspectivas futuras ou indicar tarefa de reforço ou exercícios "para casa"	
3. Conhecimento teórico	Conceituar política versus legislação Conceituar Política Pública e Política Florestal Instrumentos de uma política Histórico da política florestal brasileira: do descobrimento aos dias atuais, destacando: 1) os incentivos fiscais da década de 1960 e 1970 e seus impactos positivos e negativos; 2) os atuais incentivos fiscais florestais Legislação ambiental e florestal Introdução à legislação ambiental: hierarquia das leis; princípios do direito ambiental, esclarecimentos sobre como ler uma lei Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938 de 31/08/1981) e órgãos gestores e executores Licenciamento Ambiental SISNAMA e CONAMA (Resoluções importantes)	

ASSINATURAS:

Maceió – AL, 17 de Maio de 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
CAMPUS A. C. SIMÕES

C8

EDITAL Nº 11 DE 30 DE MARÇO DE 2016 PUBLICADO NO D.O.U. EM 01/04/2016
EDITAL DE Nº 16 DE 09 DE MARÇO DE 2018 PUBLICADO NO D.O.U. EM 14/03/2018
CECA

Implantação e Condução de Povoamentos Florestais

Constituição Federal de 1988 (Art 186 e Art 225)
Avaliação de Impactos Ambientais
Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9605/1998)
Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Código Florestal Brasileiro: histórico e contextualização da lei, análise dos principais capítulos da lei (APP, RL, Área de uso restrito, CAR, PRA, Módulo Fiscal, CRA, Bolsa Verde, Áreas rurais consolidadas), os decretos relacionados e as resoluções do CONAMA mais usados, a implementação (órgãos gestores), comparação com os códigos anteriores
Constitucionalidade do Código Florestal Brasileiro
Lei 11.284/2006 - Gestão de Florestas Públicas
Serviço Florestal Brasileiro
Lei 8.171/1991 – Política Agrícola
Decreto 8.375/2014 – Política Agrícola para Florestas Plantadas
Decreto 8.972/2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
Lei 12.805/2013 - Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991
Lei 11.428/2006 - Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica
Lei 12.187/2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM
Lei 9.433/1997 - Política Nacional dos Recursos Hídricos
Lei 10.711/2003 – Sistema Nacional de Sementes e Mudas
Política e Legislação Florestal no Estado da Alagoas
Instituto do Meio Ambiente
Normas e instrumentos complementares

ASSINATURAS:

Maceió – AL, 17 de Maio de 2018.